Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.14, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/540fyr09

A QUALIDADE DO GASTO PÚBLICO NO BRASIL: UMA REVISÃO NARRATIVA SOBRE DESAFIOS, AVANÇOS E PERSPECTIVAS FUTURAS

THE QUALITY OF PUBLIC SPENDING IN BRAZIL: A NARRATIVE REVIEW OF CHALLENGES, ADVANCES, AND FUTURE PROSPECTS

Flavia Maria da Silva Andrade Dias
Mestranda em Gestão Pública, Universidade Federal do Piauí, Brasil
E-mail: flavia.dias@ufpi.edu.br

Vera Beatriz Soares De Oliveira
Mestranda em Gestão Pública, Universidade Federal do Piauí, Brasil
E-mail: verabeatrizz@gmail.com

Tadeu Anderson Nascimento Saraiva
Mestranda em Gestão Pública, Universidade Federal do Piauí, Brasil
E-mail: tadeu.anderson@ifpi.edu.br

Joao Carlos Hipolito Bernardes Do Nascimento
Doutor Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
E-mail: joaohipolito@ufpi.edu.br

Recebido: 10/07/2025 – Aceite: 28/07/2025

Resumo

O presente estudo analisa a qualidade do gasto público no Brasil (2014–2024), por meio de uma revisão narrativa da literatura publicada nos últimos dez anos, identificando desafios, avanços e perspectivas futuras na alocação e gestão eficiente dos recursos públicos. Foram realizadas buscas abertas em bases de revistas cientificas com limitação temporal e local, ambas no mês de dezembro do ano de 2024. Os resultados destacam que a educação é o foco predominante nos estudos sobre gasto público, refletindo sua importância estratégica para o desenvolvimento socioeconômico. No entanto, persistem ineficiências, como a alocação desigual de recursos, fragilidades no planejamento e obstáculos administrativos, incluindo cancelamentos de despesas e concentração da execução fiscal no final dos ciclos orçamentários. Essas questões contribuem para as disparidades regionais e dificultam o alcance dos resultados esperados, especialmente na melhoria dos serviços públicos. Apesar do aumento dos investimentos em educação, os estudos revelam que os esforços financeiros, isoladamente, não garantem eficiência ou qualidade. A análise enfatiza a necessidade de aprimoramento na governança, transparência e accountability para otimizar a alocação dos recursos e atender às demandas sociais. O fortalecimento dos mecanismos de monitoramento e avaliação, aliado a políticas baseadas em evidências, é essencial para melhorar a eficiência e a efetividade do gasto público. O estudo conclui que enfrentar os desafios estruturais é fundamental para promover o desenvolvimento equitativo, reduzir desigualdades e assegurar que os gastos públicos contribuam efetivamente para o bem-estar da população e o crescimento sustentável do Brasil.

Palavras-chave: Qualidade do Gasto Público; Eficiência; Governança.

Abstract

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.14, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/540fyr09

This study analyzes the quality of public spending in Brazil over the past ten years (2014–2024) through a narrative literature review, identifying challenges, advances, and future perspectives in the efficient allocation and management of public resources. The findings highlight that education is the predominant focus in studies on public spending, reflecting its strategic importance for socioeconomic development. However, inefficiencies persist, such as unequal resource allocation, weak planning, and administrative obstacles, including the cancellation of expenditures and concentration of fiscal execution at the end of budget cycles. These issues contribute to regional disparities and hinder the achievement of desired results, particularly in improving public services. Although investments in education have increased, studies reveal that financial efforts alone do not ensure efficiency or quality outcomes. The analysis emphasizes the need for enhanced governance, transparency, and accountability to optimize resource allocation and meet societal demands. Strengthening monitoring and evaluation mechanisms, alongside evidence-based policies, is essential for improving the efficiency and effectiveness of public spending. This study concludes that addressing structural challenges is crucial to promoting equitable development, reducing inequalities, and ensuring that public spending effectively contributes to the population's well-being and Brazil's sustainable growth.

Keywords: Public Spending Quality; Efficiency; Governance.

1. Introdução

A Administração Pública é definida pela ação que o Estado e seus governantes desenvolvem. Assim, é orientada a partir de leis e princípios advindos da Constituição Federal (CF), tais como: Princípio da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência (Brasil, 1988, p. 24). Propõe-se como um instrumento imprescindível para o atingimento do objetivo maior do estado que é a promoção do bem estar da coletividade. Para garantir essa relação é preciso redirecionar a atividade governamental tentando conjugar no setor público a qualidade com eficiência (Goodsell, 1993).

Abrucio (1997) aponta que a Administração Pública deve caminhar na busca pela eficiência e redução de custos, buscando a flexibilidade necessária para melhor responder na qualidade dos serviços públicos. Nessa perspectiva, a qualidade do gasto público está diretamente associada à transparência na gestão pública, na proposição do conceito de *accountability* que se refere à responsabilidade do gestor público em informar sobre suas ações (Scheleder, 1999).

Para tanto, a qualidade do gasto público reflete a capacidade dos gestores governamentais de executar o orçamento de forma a maximizar os resultados. Essa avaliação considera aspectos como a economicidade, a eficiência, a eficácia e a

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/540fyr09

efetividade dos recursos aplicados, garantindo que as ações do governo atendam às necessidades da população (Januzzi, 2011).

Behar-Villegas (2021) destaca que, na América Latina, o mau gasto público é um problema crônico, ligado à qualidade de vida, à sustentabilidade das finanças públicas e à desigualdade social. Além disso, está intrinsecamente relacionado à corrupção, causando um certo grau de instabilidade.

A literatura aponta que, apesar do aumento dos investimentos públicos, a percepção de melhoria na qualidade dos serviços oferecidos à população não acompanhou esse crescimento (IPEA, 2020). Essa discrepância sugere a necessidade de aprimorar a eficiência e a eficácia dos gastos públicos, direcionando-os de maneira mais estratégica para atender às demandas sociais.

Diante disso, torna-se essencial realizar um levantamento abrangente dos estudos já publicados sobre a qualidade dos gastos públicos. Essa iniciativa visa, não apenas destacar a importância desse tema para o debate público, mas, também, suprir a necessidade de pesquisadores por trabalhos científicos que aprofundem o conhecimento nessa área. Face ao exposto, surgiu a seguinte questão: Como a produção científica sobre a qualidade dos gastos públicos no Brasil tem evoluído ao longo dos últimos dez anos?

O objetivo do presente artigo é analisar a produção científica sobre qualidade do gasto público no Brasil nos últimos dez anos (2014-2024), por meio de uma revisão narrativa da literatura, buscando identificar os principais desafios, avanços e perspectivas futuras.

A presente pesquisa mostra-se relevante ao impactar diretamente no bem-estar da população, pois influencia a efetividade dos serviços públicos e a infraestrutura disponível. Os gastos bem direcionados e eficientes impulsionam o desenvolvimento socioeconômico, reduzem desigualdades e promovem o crescimento sustentável.

A estrutura deste trabalho está dividida em seções, com apresentação da introdução, seguida do objetivo da pesquisa, referencial teórico, procedimentos metodológicos, análise dos dados e discussão dos resultados, e, por fim, as considerações finais, que sintetizam as principais conclusões e contribuições do estudo.

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.14, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/540fyr09

2. Revisão da Literatura

2.1 Fundamentos da Qualidade do Gasto Público

A reflexão sobre o conceito de gasto público desconstrói a ideia de despesa, logo destacam o retorno e os benefícios gerados à sociedade a partir da destinação do dinheiro público e do contribuinte. Segundo Riani (2002), o gasto público se caracteriza pela escolha que os governantes fazem ao aplicarem recursos públicos nos diversos serviços para a sociedade. Revela-se ainda como um problema econômico, principalmente na alocação de recursos governamentais (Sampaio de Souza; Stosic, 2005).

Seguindo o que a literatura argumenta, existem duas linhas de pensamento defendidas por Rocha e Giuberti (2007) ao afirmarem que a primeira é indireta ao avaliar os resultados dos gastos frente a efeitos positivos do crescimento, como por exemplo gastos com saúde e educação, dentre outros. Na segunda linha, elas classificam como direta ao buscar medir seu impacto do gasto sobre o crescimento por meio de análise estatística ou econométricas. Compartilhando a mesma temática, Siqueira et al (2020) define o gasto público de duas maneiras, a primeira separando os gastos em despesa corrente (manutenção da máquina pública) e despesa de capital (aquisição ou produção de bens duráveis).

Maia *et al*. (2008) afirmam que a melhoria da qualidade do gasto público deve ser retratada com a mais alta relevância no Brasil, uma vez que o país possui uma elevada carga tributária, principalmente ao se fazer um comparativo ao nível de retorno para a população no quesito qualidade dos serviços prestados. Rezende, Cunha e Bevilaqua (2010) afirmam que no Brasil os estados e municípios utilizam a adoção de medidas que estimulem informações indispensáveis para a adoção de providências voltadas a melhorar a qualidade do gasto público.

Algumas iniciativas legislativas brasileiras direcionam os entes públicos a melhorar a eficiência do gasto, destacando a Emenda Constitucional nº 19/1998, que introduziu o princípio da eficiência do gasto público no ordenamento jurídico

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/540fyr09

(Bresser-Pereira, 1999). O “dever de eficiência” é, pois, “o mais moderno princípio da função administrativa” (Meirelles, 1998, p.90).

Na análise realizada por Conti e Carvalho (2011) o artigo 74 da Carta Magna correlaciona o sistema de controle interno com a qualidade do gasto público, no momento que a Administração realiza a avaliação do efetivo cumprimento das metas estabelecidas, bem como a eficiência da gestão orçamentária. Nesse sentido, a eficiência do gasto público permite medir o poder da atuação da gestão pública (Rosano-Peña,Albuquerque & Daher, 2012). Para tanto, o Estado deve gerar benefícios para a população, evitando desperdícios e excesso de tributação (Borge, 2000).

2.2 Eficiência do Gasto Público

O conceito de eficiência do gasto público condiz com a forma de como o governo consegue transformar suas receitas em serviços prestados de forma a maximizar a provisão de tais serviços (Pereira; Souza; Neto, 2014). Nessa configuração, retrata-se o papel da avaliação do desempenho do Estado, com ênfase na qualidade do serviço prestado, na transparência pública, accountability e governança.

Andrews e Walle (2013) consideram que, para avaliar os efeitos de uma gestão pública, é necessário observar os seus gastos e insumos, retratando se suas práticas específicas foram idealizadas através de uma abordagem teórica denominada *New Public Management*, que consiste em um conjunto de ideias que propõe a reinvenção da atividade estatal sob uma nova perspectiva, primada pela eficiência, ganhos de produtividade e pela melhoria do desempenho estatal (Asatryan; De Witte, 2015).

Na visão de Gupta, Davoodi e Teme (1998), as melhorias na gestão governamental, junto aos aspectos de eficiência, enfatizam o aumento no nível de desenvolvimento econômico, de qualidade de vida e de distribuição de renda. Portanto, à medida que se busca medir a eficiência dos recursos aplicados é interessante quantificá-la, pois essa quantificação revela a ineficiência entre as unidades tomadoras de decisão (Bernardo Correio; Correio 2019).

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/540fyr09

Eficiência, na visão de Torres (2004), é basicamente a preocupação com o alcance dos objetivos desejados por determinada ação estatal, pouco se importando com os meios e mecanismos utilizados para atingi-los. Usa-se ainda de forma racional através do alcance de um objetivo previamente determinado, no alcance de metas estabelecidas com o mínimo de recursos disponíveis e tempo (Pereira; Souza; Neto, 2014)

O entendimento sobre a eficiência e qualidade do gasto público se reflete no que retrata a Teoria da Escolha Pública, destacada por Siqueira et al. (2020) como o reforço da relação sobre a qualidade do gasto público e a garantia da eficiência dos serviços prestados. Fundamenta-se como uma ciência econômica cuja principal crítica está na intervenção do Estado na economia e no bem-estar (Santiago; Quadro; Borges, 2014).

Complementa a discussão Revorêdo (2020) ao considerar que compete ao Estado a missão de produzir políticas públicas que sejam do interesse da sociedade reforçando que a Teoria tem o Estado como um conjunto complexo de grupos e atores individuais (políticos, burocratas, eleitores e grupos organizados) que possuem interesses próprios. Castro (2015) relata que os gastos públicos são realizados desordenados, deixando a desejar no âmbito da eficiência e da economicidade.

No entendimento de Rezende, Cunha e Bevilacqua (2010) a Escolha Pública se relaciona com a qualidade do gasto público ao salientar o quanto o Estado gasta no provento de bens e serviços. Esse debate surge, portanto, no centro da relação entre democracia e eficiência, podendo oferecer elementos importantes para refletir sobre desempenho e gastos públicos. Há décadas existem debates sobre a necessidade de ampliação da eficiência do gasto público, com serviços cada vez mais ágeis, de qualidade e a custos decrescentes são frequentes no Brasil (Faria; Jannuzzi; Silva, 2008; Pinho; Sacramento, 2009; Bresser-Pereira, 2018; Rocha; Funchal, 2019).

De acordo com Siqueira et al (2020) a Teoria da Escolha Pública proporciona alguns comportamentos dos gestores públicos ao pressionarem o gasto governamental e, consequentemente, a influência na eficiência dos entes públicos.

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/540fyr09

Destacamos, portanto, que nas últimas décadas, diversos governos em outros países implementaram políticas para aumentar a eficiência dos gastos públicos (Boueri, Rocha & Rodopoulos, 2015).

3. Metodologia e procedimentos da pesquisa

Trata-se de uma revisão narrativa de literatura, do tipo exploratória e com abordagem qualitativa, em que foram analisados os estudos científicos realizados sobre qualidade do gasto público no Brasil nos últimos 10 anos, de 2014 a 2024. Ao realizar uma busca aprofundada sobre o tema, é possível identificar as principais pesquisas, resultados e debates já realizados. Essa análise permite não apenas a compreensão do estado da arte, mas também a construção de novas interpretações e a elaboração de sínteses originais, contribuindo para o avanço do conhecimento na área (Flick, 2013).

As bases de dados foram acessadas em dezembro de 2024, com busca aberta em revistas científicas com limitação temporal e local, localizando artigos publicados em revistas científicas. Foram eleitos inicialmente as publicações que incluam as palavras-chave no título dos artigos e nos resultados obtidos.

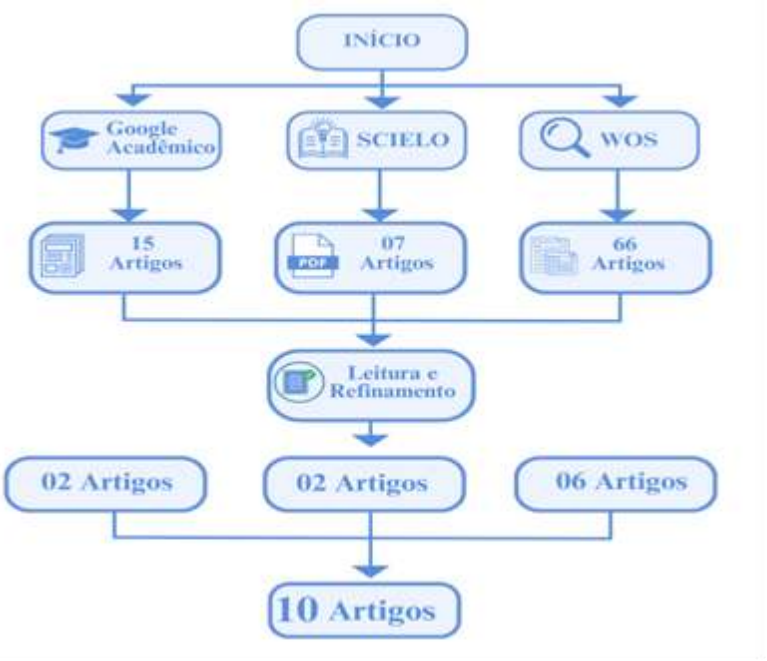
A pesquisa foi estruturada em seis etapas, iniciando com a definição do objetivo e da pergunta de pesquisa. Em seguida, realizou-se um levantamento bibliográfico, considerando os descritores “Quality of Public Spending” e "Public Spending Quality" , refinando-se a busca nos anos de 2014 a 2024, para trabalhos publicados em qualquer língua, mas de origem brasileira sendo pesquisado nas plataformas eletrônicas de bases de dados de produções científicas: o *Google Acadêmico, Scientific Electronic Library Online* (SciELO*)* e a principal coleção da *Web of Science™.* Foram encontrados nesta etapa o total de 88 arquivos.

A terceira e a quarta etapa foram realizadas a partir de triagem do material identificado, aplicando critérios de inclusão e exclusão para os documentos encontrados, havendo a exclusão de trabalhos que não eram periódicos, estavam repetidos, não tratavam da qualidade de gastos públicos, independentemente do idioma empregado, desde que tenha sido realizado no Brasil, com disponibilidade on-line de 2014 a 2024, ou não era estudo empírico. Na quinta etapa ocorreu a

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.14, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/540fyr09

leitura por completo do material selecionado, bem como a organização do que foi lido de acordo com as ideias principais, excluindo-se os trabalhos cujo conteúdo efetivamente não responderam à pergunta de pesquisa, e se afastaram do tema em estudo, conforme a figura 1.

Figura 1: Fluxo dos procedimentos metodológicos adotados



Fonte: elaborado pelos autores, 2024.

Após o levantamento bibliográfico e seleção dos artigos nas bases de dados foi realizada a análise dos textos completos das produções selecionadas e os resultados confrontados e/ou agrupados, e serão apresentados a seguir na seção Análises e Discussão dos Resultados.

4. Análises e discussão dos resultados

Nesta seção, os estudos selecionados são analisados de forma rigorosa para garantir a fidelidade dos resultados à amostra, conforme o Quadro 1. As análises

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/540fyr09

comparativas e contrastantes visam responder à problemática da pesquisa e indicar novas perspectivas para futuros estudos.

Quadro 1: Identificação dos artigos que apresentam dados sobre qualidade do gasto público no Brasil

Autor/Ano	Pesquisa	Título	Área
Monteiro (2015)	Pesquisa documental	Gasto Público em Educação e Desempenho Escolar	Educação
Haddad, Freguglia e Gomes (2017)	Pesquisa documental	Public spending and quality of education in Brazil	Educação
Correio e De Almeida Correio (2019)	Pesquisa documental	Gastos públicos e potencial da qualidade da educação em Minas Gerais: uma análise de 2006 a 2010	Educação
Ferreira (2020)	Pesquisa documental	Um ajuste justo ou mais alguns passos atrás para a educação básica pública no Brasil?	Educação
Ferreira e Barros (2021)	Pesquisa de campo	Panorama dos gastos públicos municipais com os serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: uma análise da Região Metropolitana de Belo Horizonte (MG)	Saneamento

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/540fyr09

Macedo, Vieira e Santos (2022)	Pesquisa documental	Ciclos políticos-econômicos: a eficiência dos gastos públicos na Universidade de Brasília no período 1995-2022	Educação
De Sá Bartoluzzio *et al*. (2021)	Pesquisa documental	Qualidade do gasto em educação e ciclos políticos: uma avaliação nos municípios da Paraíba	Educação
Barbosa e Rodrigues (2023)	Pesquisa documental	Idiossincrasias associadas aos cancelamentos de despesas inscritas em restos a pagar.	Administração
Cabral *et al*. (2023)	Pesquisa de campo	Qualidade Do Gasto Público: Uma Questão De Treinamento E Capacitação	Administração
Lui *et al*. (2024)	Pesquisa documental	Hiperconcentração de gastos no final do ano fiscal: uma análise dos convênios celebrados pelo MAPA	Agricultura, pecuária e abastecimento

Fonte: elaborado pelos autores, 2024.

A Tabela 1 apresenta uma síntese de artigos que investigam a qualidade do gasto público no Brasil. Os estudos são identificados por autor e ano, juntamente com o tipo de pesquisa (documental ou de campo), o título do trabalho e a área temática. A tabela busca oferecer uma visão geral das pesquisas recentes que abordam a eficiência e a eficácia dos recursos públicos em diferentes setores. Observa-se que a maioria dos estudos listados emprega pesquisa documental, com foco predominante na área da educação. Alguns trabalhos, no entanto, utilizam pesquisa de campo para analisar questões específicas, como a gestão de resíduos sólidos e o treinamento e capacitação relacionados ao gasto público.

5.1 Análise de Resultados Positivos e Eficiência em Setores Prioritários

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/540fyr09

Os estudos sobre a qualidade do gasto público no Brasil nos últimos dez anos indicam a educação como o setor mais investigado. Essa concentração reflete a importância da educação para o desenvolvimento e a redução das desigualdades. No entanto, a literatura aponta que o aumento dos investimentos não garante, por si só, a melhoria da qualidade educacional. Monteiro (2015) e Maia *et al*. (2018) enfatizam a necessidade de uma gestão mais eficiente dos recursos, capaz de otimizar a utilização dos recursos financeiros e, consequentemente, elevar a qualidade dos serviços educacionais.

No contexto regional, Correio e De Almeida Correio (2019) investigaram o potencial dos investimentos em educação no estado de Minas Gerais e identificaram disparidades no uso dos recursos entre os municípios. Essa heterogeneidade evidencia que a simples ampliação dos gastos não garante uma melhoria homogênea na qualidade da educação. Nesse sentido, o planejamento e a gestão eficiente dos recursos emergem como pilares fundamentais para reduzir as desigualdades regionais e maximizar os impactos positivos dos investimentos públicos.

A avaliação dos resultados dos gastos educacionais é fundamental para garantir a eficiência e a qualidade dos serviços oferecidos. Souza e Bezerra Filho (2018), em estudo sobre a educação fundamental nas capitais brasileiras, utilizaram o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) como indicador de desempenho. Os resultados da pesquisa indicaram que, apesar do aumento dos investimentos, os avanços no IDEB foram insuficientes, sugerindo que a simples ampliação dos recursos financeiros não é suficiente para promover a melhoria da qualidade da educação. Esse cenário evidencia a necessidade de políticas públicas que integrem mecanismos de monitoramento, avaliação e responsabilização na execução orçamentária, a fim de garantir que os recursos públicos sejam utilizados de forma eficiente e eficaz.

A literatura sobre a qualidade do gasto público destaca a importância de práticas como transparência, controle e incentivos ao desempenho para garantir a eficiência dos investimentos em educação. Estudos de Rezende, Cunha e

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/540fyr09

Bevilacqua (2010) e Haddad, Freguglia e Gomes (2017) corroboram essa perspectiva, ao demonstrarem que a qualidade do gasto educacional está diretamente relacionada à sua distribuição e aplicação.

No entanto, é fundamental que o debate sobre a qualidade do gasto público no Brasil ultrapasse os limites da educação e abrace outras áreas essenciais para o desenvolvimento do país, como saúde e infraestrutura. A análise qualitativa dos resultados alcançados com os investimentos públicos deve ser priorizada, a fim de garantir que os recursos sejam utilizados de forma eficiente e eficaz, promovendo a melhoria da qualidade de vida da população.

5.2 Ineficiências, Desigualdades e Obstáculos na Gestão do Gasto

Correio e De Almeida Correio (2019), ao analisarem os gastos com educação em Minas Gerais, identificam uma distribuição desigual dos recursos entre os municípios, resultando em diferentes níveis de qualidade nos serviços educacionais oferecidos. Essas disparidades regionais evidenciam a falta de um planejamento estratégico coordenado e integrado, o que, segundo Rezende, Cunha e Bevilacqua (2010), é um dos principais desafios na gestão do gasto público. A ausência de mecanismos robustos de monitoramento e avaliação contribui para que os recursos sejam alocados de forma desproporcional, amplificando as desigualdades já existentes.

De forma semelhante, Ferreira (2020) explora os impactos dos ajustes fiscais no financiamento da educação básica, destacando como as políticas de austeridade intensificaram a precarização dos serviços públicos. Essa abordagem dialoga com a reflexão de Maia *et al*. (2018), que enfatizam a necessidade de proteger setores prioritários, como educação e saúde, em momentos de contenção de gastos. Os autores defendem que políticas fiscais restritivas, sem critérios claros, podem agravar as desigualdades sociais e comprometer o desenvolvimento sustentável a longo prazo.

No âmbito das dificuldades administrativas, Barbosa e Rodrigues (2023) investigam os cancelamentos de despesas inscritas em restos a pagar, apontando

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/540fyr09

para ineficiências na execução orçamentária e na capacidade de planejamento da administração pública. Esse tipo de prática indica uma desconexão entre o planejamento orçamentário e a execução financeira, gerando desperdícios e comprometendo a entrega dos serviços. Reforçamos mais uma vez o entendimento de Rezende, Cunha e Bevilacqua (2010) ao afirmar que a efetiva qualidade do gasto público está diretamente associada ao fortalecimento de mecanismos de controle interno, transparência e accountability.

Outro obstáculo relevante identificado na literatura é a hiperconcentração dos gastos ao final do exercício fiscal, como demonstrado por Lui *et al.* (2024), em estudo sobre os convênios celebrados pelo Ministério da Agricultura. Essa prática recorrente reflete a falta de uma gestão orçamentária eficiente ao longo do ano, comprometendo a qualidade do gasto público e a eficácia das políticas implementadas. Para Maia *et al*. (2018), esse fenômeno reforça a necessidade de aprimoramento nos processos de execução financeira, com foco em planejamento contínuo e previsibilidade.

Além disso, o estudo de Ferreira e Barros (2021), ao analisarem os gastos públicos com saneamento básico, amplia a discussão sobre desigualdades na oferta de serviços essenciais. As regiões menos desenvolvidas, frequentemente, apresentam maiores dificuldades na alocação e execução dos recursos, refletindo a desigualdade estrutural no Brasil. Esse cenário é corroborado por Souza e Bezerra Filho (2018), que destacam a necessidade de investimentos direcionados para reduzir as assimetrias regionais e garantir a equidade no acesso aos serviços públicos.

Dessa forma, os artigos analisados indicam que as ineficiências na gestão do gasto público não se restringem ao volume de recursos, mas também estão relacionadas à capacidade de planejamento, execução e avaliação das políticas públicas. A literatura destaca que as desigualdades regionais e os obstáculos administrativos decorrem, em grande parte, da falta de mecanismos robustos de governança e de práticas eficazes de accountability, conforme defendem Rezende, Cunha e Bevilacqua (2010) e Maia *et al.* (2018).

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/540fyr09

3. Considerações Finais

O presente estudo buscou analisar a qualidade do gasto público no Brasil nos últimos dez anos, destacando os desafios, avanços e perspectivas futuras a partir de uma revisão narrativa da literatura. Pode-se inferir que os estudos sobre gastos públicos no Brasil na última década tem predominância maciça na área de educação, refletindo a relevância do setor para o desenvolvimento socioeconômico do país. Contudo, os estudos evidenciaram ineficiências persistentes, como alocação desigual de recursos, falta de planejamento estratégico e fragilidades nos mecanismos de controle e avaliação.

Os estudos apresentados evidenciam que, apesar dos avanços nos investimentos públicos, persistem algumas falhas, desigualdades regionais e obstáculos estruturais que limitam a capacidade de alcançar resultados efetivos. Desigualdades regionais e práticas administrativas, como cancelamentos de despesas e hiperconcentração de gastos ao final do exercício fiscal, foram identificadas como entraves à gestão eficiente do orçamento público. Esse cenário reforça a necessidade de aprimoramento das políticas públicas e da governança fiscal, alinhadas à busca por eficiência e equidade.

Diante dos resultados apresentados, é importante destacar a necessidade de ampliar os estudos sobre a qualidade do gasto público para outras áreas igualmente estratégicas, como saúde, infraestrutura, turismo, esporte, segurança pública e assistência social. Essas áreas desempenham papel fundamental no desenvolvimento socioeconômico e na promoção do bem-estar coletivo, mas carecem de análises mais aprofundadas que identifiquem ineficiências, oportunidades de melhorias e boas práticas na gestão dos recursos públicos.

Investigações futuras que envolvam levantamentos sistemáticos e comparativos permitirão compreender como os investimentos são aplicados e quais impactos efetivos geram para a sociedade, contribuindo para o aperfeiçoamento das políticas públicas e a promoção de um gasto mais eficiente e equitativo, bem como o aprimoramento de políticas públicas baseadas em evidências. A eficiência do gasto

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/540fyr09

público depende de investimentos planejados, contínuos e focados em resultados efetivos que atendam às necessidades da população, reduzam desigualdades e promovam o desenvolvimento sustentável no Brasil.

Referências

Abrucio, F. L. O impacto do modelo gerencial na Administração Pública: um breve estudo sobre a experiência internacional recente. *Cadernos ENAP*, n. 10, 1997.

Andrews, R.; Van de Walle, S. New Public Management and citizens perceptions of local service efficiency, responsiveness, equity and effectiveness. *Public Management Review*, v. 15, 2013. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14719037.2012.725757.

Asatryan, Z.; De Witte, K. Direct democracy and local government efficiency. *European Journal of Political Economy*, 2015. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0176268015000440?via%3Dihub.

Barbosa, M. E. F.; Rodrigues, E. C. C. Idiossincrasias associadas aos cancelamentos de despesas inscritas em restos a pagar. *Revista de Gestão e Secretariado*, v. 14, n. 1, p. 1118-1137, 2023.

Behar-Villegas, E. Culturas do mal gasto público: ineficiência do Estado e narrativas de políticas públicas. *Revista de Administração Pública*, v. 55, n. 3, p. 662-678, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0034-761220190382.

Bernardo Correiro, J. S.; Correio, F. M. A. Gastos públicos e potencial da qualidade da educação em Minas Gerais: uma análise de 2006 a 2010. *Administração Pública e Gestão Social*, v. 11, n. 3, 2019.

Beuren, I. M. (Org.). *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, 5 maio 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm.

Bresser-Pereira, L. C. Da administração pública burocrática à gerencial. In: BRESSER-PEREIRA, L. C.; SPINK, P. (Orgs.). *Reforma do Estado e administração pública gerencial*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

Bruni, A. L. *Estatística aplicada à gestão empresarial*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Cabral, L. F. et al. Qualidade do gasto público: uma questão de treinamento e capacitação. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO, 2023, Ponta Grossa. *Anais...* Ponta Grossa: UEPG, 2023.

Campos, A. C. V.; Gonçalves, L. H. T. Perfil demográfico do envelhecimento nos municípios do estado do Pará, Brasil. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 71, supl. 1, p. 636-643, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/reben/v71s1/pt_0034-7167-reben-71-s1-0591.pdf.

Castro, L. A. O. A Teoria da Escolha Pública Aplicada às Políticas Públicas de transporte Urbano na região metropolitana do Rio de Janeiro. 2015. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) — Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

Conti, J. M.; Carvalho, A. C. O controle interno na administração pública brasileira: qualidade do gasto público e responsabilidade fiscal. *DPU*, n. 37, 2011.

Conti, J. M.; Carvalho, A. C. O controle interno na administração pública brasileira: qualidade do gasto público e responsabilidade fiscal. *Direito Público*, v. 8, n. 37, 2012. Disponível em: https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/1845.

Correio, J. S. B.; Correio, F. M. A. Gastos públicos e potencial da qualidade da educação em Minas Gerais: uma análise de 2006 a 2010. *Administração Pública e Gestão Social*, v. 11, n. 3, 2019.

Dadalto, L. et al. Gasto público em educação e desempenho: uma comparação do Índice PISA. *Revista Gestão & Tecnologia*, v. 24, n. 4, p. 91-113, 2024.

De Sá Bartoluzzio, A. I. S. et al. Qualidade do gasto em educação e ciclos políticos: uma avaliação nos municípios da Paraíba. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, v. 26, n. 83, 2021.

Diehl, A. A.; Tatim, D. C. *Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas*. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

Ferreira, A. C.; Barros, R. T. V. Panorama dos gastos públicos municipais com os serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: uma análise da Região Metropolitana de Belo Horizonte (MG). *Engenharia Sanitária e Ambiental*, v. 26, p. 659-668, 2021.

Ferreira, E. C. Um ajuste justo ou mais alguns passos atrás para a educação básica pública no Brasil? *Educação e Pesquisa*, v. 46, e214975, 2020.

Fittipaldi, I.; Costa, S. F.; Araújo, C. M. C. O gasto público federal brasileiro: um perfil incrementalista? *Revista do Serviço Público*, v. 68, n. 3, p. 611-630, 2017.

Flick, U. *Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes*. Porto Alegre: Penso Editora, 2013.

Goodsell, C. T. Reinvent government or rediscover it? *Public Administration Review*, v. 53, n. 1, 1993.

Gupta, S.; Davoodi, H.; Alonso-Terme, R. Does corruption affect income inequality and poverty? *IMF Working Paper*, n. 79. Washington, DC: International Monetary Fund, 1998.

Haddad, M. A.; Freguglia, R.; Gomes, C. Public spending and quality of education in Brazil. *The Journal of Development Studies*, v. 53, n. 10, p. 1679-1696, 2017.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Análise de gastos federais nos últimos 10 anos. [s.d.]. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/. Acesso em: 18 dez. 2024.

Jannuzzi, P. de M. Avaliação de programas públicos por meio da análise estruturada dos relatórios de auditoria da Controladoria Geral da União. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, v. 16, n. 59, 2011. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/3719.

Jung, C. F. *Metodologia científica e tecnológica: módulo 3 – variáveis e constantes*. [S.l.: s.n.], 2009.

Macedo, A.; Vieira, E. T.; Santos, T. M. dos. Ciclos político-econômicos: a eficiência dos gastos públicos na Universidade de Brasília no período 1995-2020. *Educação*, v. 49, p. 1-23, 2024. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/reveducacao. https://doi.org/10.5902/1984644484464.

Santos Júnior, L. C.; Azevedo, F. I. X.; Tsunemi, M. H. Efeitos da mortalidade geral brasileira sobre o cálculo atuarial: uma comparação entre modelos preditivos. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, v. 7, n. 2, p. 78-101, 2019.

Lakatos, E. M.; Marconi, M. de A. *Metodologia científica*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

Lui, L. et al. Hiperconcentração de gastos no final do ano fiscal: uma análise dos convênios celebrados pelo MAPA. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 62, n. 4, e287871, 2024.

Maia, A. et al. A importância da melhoria da qualidade do gasto público no Brasil: propostas práticas para alcançar este objetivo. In: CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, 2., 2018. Brasília. *Anais...* Brasília: CONSAD, 2018. Disponível em: https://consad.org.br/wp-content/uploads/2013/02/a-import%C3%82ncia-da-melhoria-da-qualidade-do-gasto-p%C3%9ablico-no-brasil-propostas-pr%C3%81ticas-para-alcan%C3%87ar-este-objetivo1.pdf.

Marconi, M. A.; Lakatos, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

Mata, M. S.; Costa, I. C. C. Composição do Índice de Iniquidade em Saúde a partir das desigualdades na mortalidade e nas condições socioeconômicas em uma capital brasileira. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, n. 5, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232020000501629.

Mattei, T. F.; Bezerra, F. M.; Mello, G. R. Despesas públicas e o nível de desenvolvimento humano dos estados brasileiros: uma análise do IDHM 2000 e 2010. *RACE*, v. 17, n. 1, p. 29-54, 2018.

Meirelles, H. L. *Direito administrativo brasileiro*. São Paulo: Malheiros, 1998.

Melo, L. A. et al. Fatores socioeconômicos, demográficos e regionais associados ao envelhecimento populacional. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, v. 20, n. 4, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rbgg/v20n4/pt_1981-2256-rbgg-20-04-00493.pdf.

Monteiro, J. Gasto público em educação e desempenho escolar. *Revista Brasileira de Economia*, v. 69, n. 4, p. 467-488, 2015.

Morais, N. R. de; Oliveira, F. P. S. de; Rocha, L. A. Desenvolvimento socioeconômico do Rio Grande do Norte: a contribuição da receita pública municipal. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, v. 4, n. 2, p. 54-67, 2016. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/recfin/article/view/27004.

Oliveira, L. S. D.; Araújo, A. O. As despesas públicas municipais como determinante no desenvolvimento humano. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, v. 16, n. 38, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/2175-8069.2019v16n38p87.

Pereira, P. V. M.; Neto, L. F. F. Evolução dos gastos públicos ambientais dos municípios brasileiros: uma análise no período de 2005 a 2015. *Engenharia Sanitária e Ambiental*, v. 25, n. 2, 2020.

Pereira, T. L.; Souza, T. C.; Cribari-Neto, F. Uma avaliação da eficiência do gasto público nas regiões do Brasil. *Ciência e Natura*, v. 36, ed. especial, p. 23-36, 2014. Disponível em: https://doi.org/10.5902/2179460X13193.

Reis, A. G. B.; Bueno, N. P. O efeito dos gastos públicos sociais no crescimento econômico: uma análise comparativa entre os países membros da CEPAL e OCDE. *Revista Gestão & Tecnologia*, v. 19, n. 1, p. 73-89, 2019. Disponível em: http://revistagt.fpl.edu.br/get/article/view/1263/916.

Reis, L. D. R.; Araújo, R. C. P.; Lima, J. R. F. Uma nota sobre as disparidades de renda dos municípios nordestinos. *Revista Brasileira de Economia*, v. 74, n. 1, p. 65–74, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rbe/v74n1/0034-7140-rbe-74-01-0065.pdf.

Rezende, F.; Cunha, A.; Bevilacqua, R. Informações de custos e qualidade do gasto público: lições da experiência internacional. *Revista de Administração Pública*, v. 44, n. 4, p. 959-992, 2010. https://doi.org/10.1590/S0034-76122010000400009.

Revorêdo, C. R. S. C. Fatores explicativos da eficácia da despesa orçamentária dos municípios brasileiros. 2020. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

Riani, F. *Economia do setor público: uma abordagem introdutória*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Rocha, F.; Giuberti, A. C. Composição do gasto público e crescimento econômico: uma avaliação macroeconômica da qualidade dos gastos dos estados brasileiros. *Economia Aplicada*, v. 11, n. 4, 2007. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-80502007000400001.

Rosano-Peña, Albuquerque; Carvalho. A eficiência dos gastos públicos em educação: evidências georreferenciadas nos municípios goianos. *Economia Aplicada*, v. 16, n. 3, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/ecoa/v16n3/04.pdf.

Rosano-Peña, Albuquerque; Daher. Dinâmica da produtividade e eficiência dos gastos na educação dos municípios goianos. *RAC*, v. 16, n. 6, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rac/v16n6/a06v16n6.pdf.

Rezende, F., Cunha, A., & Bevilacqua, R. Informações de custos e qualidade do gasto público: lições de experiências internacional. *Revista de Administração Pública*, v. 44, n. 4, p. 959-992, 2010. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0034-76122010000400009.

Revorêdo, C. R. S. C. Fatores explicativos da eficácia da despesa orçamentária dos municípios brasileiros. 2020. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

Riani, F. *Economia do setor público: uma abordagem introdutória*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Rocha, F.; Giuberti, A. C. Composição do gasto público e crescimento econômico: uma avaliação macroeconômica da qualidade dos gastos dos estados brasileiros. *Economia Aplicada*, v. 11, n. 4, 2007. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-80502007000400001.

Rosano-Peña, Albuquerque; Carvalho. A eficiência dos gastos públicos em educação: evidências georreferenciadas nos municípios goianos. *Economia Aplicada*, v. 16, n. 3, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/ecoa/v16n3/04.pdf.

Rosano-Peña, Albuquerque; Daher. Dinâmica da produtividade e eficiência dos gastos na educação dos municípios goianos. *RAC*, v. 16, n. 6, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rac/v16n6/a06v16n6.pdf.

Sampaio de Souza, M.; Stosic, B. Technical efficiency of the brazilian municipalities: correcting nonparametric frontier measurements for outliers. *Journal of Productivity Analysis*, v. 24, p. 267–281, 2005.

Santiago, A. L. N.; Borges, F. Q. Teoria da Escolha Pública (PUBLIC CHOICE): uma análise no ambiente do setor de energia elétrica no Brasil. *Revista de Gestão Pública Práticas e Desafios*, v. 5, n. 1, 2014. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/gestaopublica/article/view/1710.

Schedler, A. Conceptualizing accountability. In: Schedler, A.; Diamond, L.; Plattner, M. F. (Eds.). *Self-restraining state – power and accountability in new democracies*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1999.

Scheeffer, F.; Faveri, D. B.; Junior, E. S. S. A influência das ideologias partidárias nos gastos públicos em assistência social nas capitais brasileiras. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, v. 25, n. 80, 2020. Disponível em: http://www.spell.org.br/documentos/ver/56771.

Silveira, L. M.; Lopes, L. F. D.; Brusius, M. D.; Roncado, F. S. Estudo sobre a eficiência dos estados brasileiros na aplicação dos recursos públicos. *Revista de Desempenho Organizacional*, v. 8, n. 1, s.d. Disponível em: https://periodicos.ufms.br/index.php/deson/article/view/8983.

Siqueira, L. R.; Farias, R. A. S.; Bermejo, P. H. S.; Sousa, W. G. Análise de variáveis para mensuração da eficiência do gasto público por função de governo. *Administração Pública e Gestão Social*, v. 12, n. 1, p. 1-18, 2020.

Souza, M. C. M.; Bezerra Filho, J. E. O efeito do gasto público na qualidade da educação fundamental nas capitais brasileiras: um estudo baseado no indicador de qualidade educacional responsável (IQER-2006/2013). *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, v. 8, n. 2, p. 119-136, 2018.

Souza, M. A.; Merengo, S. T.; Almeida, L. B. Análise do desempenho de municípios socioeconômicos de municípios gaúchos emancipados. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, v. 8, n. 3, 2014. Disponível em: http://www.repec.org.br/repec/article/view/996.

Torres, M. D. F. *Estado, democracia e administração pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

Valle, F. A. A. L.; Farah, B. F.; Junior, N. C. As vivências na rua que interferem na saúde: perspectiva da população em situação de rua. *Saúde em Debate*, v. 44, n. 124, p. 182-192, 2020. Disponível em: https://www.scielosp.org/pdf/sdeb/2020.v44n124/182-192/pt.